

PRECONCEITO RACIAL E CURRÍCULO: DA ESCRAVIDÃO AOS MALÉFICOS RESULTADOS

Edilene dos Santos Copetti

Professora do IFSC- câmpus Criciúma/ edilene.copetti@ifsc.edu.br

Resumo: *Este artigo, trata sobre a escravidão e seus maléficos resultados. Embora prevaleça a ideia de que não existe preconceito contra os negros africanos e seus descendentes no Brasil, o fato é, que esse assunto, não foi totalmente superado pelos brasileiros, pois ainda, se presencia atitudes racistas. Percebe-se, que este preconceito é resultado da construção da identidade do negro, que sempre foi muito pautada na escravidão. Aponta-se também a influência dos currículos escolares na construção da mesma e de que maneira a escola mantém o preconceito, reforçado pelos livros didáticos. A intenção do trabalho é contribuir para uma nova imagem do negro na sociedade, propiciando debates na questão do preconceito, pois sabemos que o racismo é uma prática corrente, inclusive nas escolas. A metodologia utilizada consistiu na realização de pesquisas bibliográficas, referentes a escravidão, a lei 10.639/03, que trata da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira no Brasil, ao conceito de currículo e a importância destes para a formação da identidade do negro, sistematizando tais conceitos para uma melhor compreensão do assunto, já que se faz necessário para garantir uma ressignificação e valorização cultural das matrizes africanas que formam a diversidade cultural brasileira. Como resultado destes estudos, não sobram dúvidas das sequelas que a escravidão trouxe. A pesquisa mostra a existência de uma ideologia da inferiorização do negro, fortalecido com os currículos e inclusive com os livros didáticos. A luta agora, reforçada com medidas oficiais, deve centralizar-se nas causas provocadoras e fortalecedoras destas sequelas que mantêm o racismo, os preconceitos e as discriminações em evidência.*

Palavras-chave: *Escravidão. Preconceito. Racismo. Currículo. Identidade.*

1 INTRODUÇÃO

Ensinar História e Cultura Afro-brasileiras e africanas não é mais uma questão de vontade pessoal ou de interesse particular, pois, a Lei 10.639/03 propõe novas diretrizes curriculares para o estudo desses novos campos do saber. Esse ensino é uma questão curricular de caráter obrigatório que envolve as diferentes comunidades: escolar, familiar e toda sociedade. O objetivo principal para inserção da Lei é o de divulgar e produzir conhecimentos, bem como atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir objetivos comuns o que garante respeito aos direitos legais e valorização de identidade cultural brasileira e africana, como outras que direta ou indiretamente contribuíram (contribuem) para a formação da identidade cultural brasileira. Ao mesmo tempo que falamos numa sociedade multicultural, sabemos que a escravidão permeou e protagonizou na história brasileira.

Neste artigo pretende-se discorrer sobre a escravidão e como ela construiu a identidade do negro e por consequência os desdobramentos negativos resultando em preconceitos, discriminação e racismo.

Ao mesmo tempo se fará uma análise nos currículos escolares e de que maneira estes influenciam e favorecem a reprodução e produção de comportamentos racistas nas instituições de ensino, aflorando tais comportamentos de forma consciente ou oculta.

2 METODOLOGIA

Este trabalho inicialmente era um Ensaio Científico, foi feito no final do semestre letivo de uma disciplina para o Mestrado, com base em todas as leituras feitas durante o semestre de textos indicados pelo professor e de livros escolhidos por mim. O artigo foi desenvolvido nas seguintes etapas:

- a) Realização de pesquisas bibliográficas;
- b) Definição de conceitos básicos: escravidão, currículo, lei 10.639/03
- c) Sistematização e organização das leituras feitas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 O ESCRAVO E OS PADRÕES CULTURAIS QUE LHES ERAM IMPOSTOS

Os africanos não vieram para a América de livre e espontânea vontade, foram trazidos para cá para trabalhar como escravos. Com o avanço das plantações da cana-de-açúcar no Nordeste, na metade do século XVI, eles começaram a entrar no Brasil sistematicamente e em maior número.

Conseguir pessoas na África para vendê-las na América tornou-se um negócio altamente lucrativo, que durou mais de trezentos anos. Desse negócio, participaram europeus, africanos e brasileiros de diferentes condições sociais.

Alguns africanos conseguiram viver em melhores condições, outros até mesmo chegaram a ter escravos seus. Mas foram poucos, pouquíssimos. A regra era: submissão, exploração, desrespeito, humilhação. De qualquer forma, o negro escravizado e seus descendentes foram se tornando brasileiros, aprenderam a língua e passaram a seguir os padrões culturais que lhes eram impostos. Isso porque “para impor sua hegemonia política e social, os colonizadores tinham de manter o domínio ideológico, cultural, religioso e sobretudo linguístico”. (CARBONI; MAESTRI, 2003, p. 24)

Os europeus precisavam reinar, impor a língua, proibir os vários falares do índio e dos vários grupos africanos que aqui chegavam. Era de fundamental importância para a manutenção da hegemonia dos opressores. Com isso, a língua, assim como a cultura de um modo geral e a religião, possui uma hierarquia, pois a sociedade, desde a antiguidade, tenta naturalizar esse discurso de hierarquização de poder nas relações sociais, nas relações humanas, do velho sobre o novo, dos homens sobre as mulheres, do rico sobre o pobre, do escravizador sobre o escravizado.

Quando se coloca que desde a Antiguidade tenta-se justificar a escravidão como

algo natural, temos Platão e Aristóteles que influenciaram profundamente o pensamento feudal, moderno e contemporâneo sobre escravidão, “a teoria platônica da superioridade da alma sobre o corpo já expressava a proposta da submissão necessária do súdito ao soberano, da mulher ao homem, do escravizado ao escravizador”. (CARBONI; MAESTRI, 2003, p.71)

Aristóteles, como discípulo de Platão, deu continuidade às visões platônicas sobre a escravidão, embora divergindo em alguns pontos, colocando a escravidão como algo natural, enquanto Platão colocava que a arte de mandar no escravizado era uma “ciência do amo”, que devia ser aprendida. Aristóteles falava na natureza escrava, propondo a escravidão como algo natural:

Há também, por obra da natureza e para a conservação das espécies, um ser que ordena e um ser que obedece. Porque aquele que possui inteligência capaz de previsão tem naturalmente autoridade e poder chefe; o que nada mais possui além da força física para executar, deve, forçosamente, obedecer e servir- e, pois, o interesse do senhor é o mesmo que o do escravo.(CARBONI; MAESTRI, 2003, p. 73)

Foi-se construindo uma imagem que ainda em pleno século XXI é forte, negando suas culturas, seus costumes, tradições e línguas no Brasil. Promulgada há catorze anos, a Lei 10.639, que determina o ensino da cultura afro-brasileira, esbarra na falta de capacitação dos professores e até no racismo velado que permeia a sociedade.

3.2 A EXISTÊNCIA DO PRECONCEITO RACIAL NAS ESCOLAS

Pesquisas feitas nos últimos anos no Brasil revelam o quanto o racismo é uma prática corrente nas escolas. (SANT'ANA, 2005, p. 50). São práticas discriminatórias, preconceituosas que envolvem professores, estudantes e que são repassadas através dos livros didáticos. Constata-se a existência de uma ideologia de inferiorização do negro fortalecida com o livro didático e reforçada pelo professor que, às vezes, não percebe esses preconceitos, reforçando a sua transmissão. Muitas vezes o professor identifica o preconceito, se declara destituído dele mas atua como seu mantenedor e difusor ou por omissão ou por declarações racistas.

O professor reconhece a existência do preconceito racial na escola, seja entre alunos, de professores em relação aos alunos, ou do corpo administrativo para com aluno, “embora todos os professores tenham declarado destituídos de preconceitos, o conteúdo do seu discurso muitas vezes demonstrou o contrário”. (SANT'ANA, 2005, p.56)

Segundo Ben Marais em sua obra *Racismo e Sociedade*, “há uma relação muito próxima entre escravidão a que foram submetidos os negros e a recusa às pessoas de cor negra...” (RUIZ,1988, p. 100). No século XIX, foram várias as publicações que justificavam a superioridade dos brancos, justificando dessa maneira a escravidão. Observa-se pelos vários tratados, ensaios, teses, etc., sendo aceitos a quem possa interessar para justificar a escravidão. É claro que todas essas publicações deixaram suas maléficas consequências. Em 1900, por exemplo, C. Carrol, em sua obra *Provas Bíblicas e Científicas de que o Negro não é Membro da raça Humana*, afirma que “todas as pesquisas científicas confirmam sua natureza caracteristicamente símia”. (SANT'ANA, 2005, p. 48)

É preciso superar a visão do negro apenas como escravo. Durante o século XX, a ideia de que o Brasil era uma nação miscigenada e de que aqui não havia racismo, pois vivíamos uma verdadeira democracia racial, foi amplamente divulgada. Considera-se que as relações entre negros e brancos se deram e se dão de forma harmônica, como quis o sociólogo Gilberto Freyre.

A crença de que no Brasil não existem conflitos raciais, resultou da difusão do conceito de democracia racial, principalmente a partir da segunda metade do século XX com Freyre, que é considerado um dos principais difusores da ideia de que “no Brasil” brancos e negros mantêm relações harmoniosas e que em 1933 publicou a obra *Casa Grande e Senzala*. Na sua obra, Freyre faz uma análise da sociedade brasileira, enfatizando as relações supostamente próximas entre senhores e escravos antes da abolição da escravidão, em 1888.

Se considerarmos o contexto histórico do livro, o país vivia um processo de busca de sua identidade nacional em um cenário em que predominavam, tanto no plano nacional quanto no internacional, um ideário racista e de branqueamento. Anterior a isso, após a abolição, o período foi marcado pela mobilização dos negros, assim sendo, a ideia de Democracia racial cumpre uma função de naturalização e silenciamento de conflitos.

Freyre não rompeu com o discurso dominante. Procurando fazer da necessidade virtude, inverteu engenhosamente os pressupostos racistas e determinista geográfico e climático, para apresentar uma interpretação sobre a realidade nacional inspirada nas visões de mundo das elites nordestinas e profundamente funcional aos novos tempos “nacionais”. (MAESTRI,2017,p.4)

3.3 O CURRÍCULO ESCOLAR COMO MANTENEDOR DO PRECONCEITO RACIAL

Atualmente, como estão as pesquisas relacionadas ao negro e à escravidão?

Como está se dando a construção da identidade do negro? O que é “ser negro” no Brasil? O que nossos livros didáticos nos ensinam quanta a essa temática? A preparação dos currículos tem importância na formação dessa identidade? O currículo é uma questão de poder? Se entendermos que uma das finalidades fundamentais de toda intervenção curricular é de preparar os alunos para serem cidadãos ativos e críticos, membros solidários e democráticos de uma sociedade solidária e democrática, é possível que nossos currículos hoje estão tendo um conteúdo claramente político e crítico das crenças e dos arranjos sociais dominantes?

Henry Giroux, compreende o currículo fundamentalmente através dos conceitos de emancipação e libertação. Ele coloca que:

é através de um processo pedagógico que permita às pessoas se tornarem conscientes do papel de controle e poder exercido pelas instituições e pelas estruturas sociais que elas podem se tornar emancipadoras ou libertadoras de seu poder e controle. (SILVA, 2005, p. 54)

Vamos um pouco mais nesta questão de currículo. Se este é o espaço em que se concentram e se desdobram as lutas em torno dos diferentes significados sobre o social e sobre o político, é por meio do currículo que certos grupos sociais especialmente os dominantes expressam sua visão de mundo, seu projeto social, sua “verdade”. O currículo representa, assim, um conjunto de práticas que propiciam a produção, a circulação e o consumo de significados no espaço social e que contribuem intensamente para a construção das identidades sociais e culturais. O currículo é “por consequência” um dispositivo de grande efeito no processo de construção da identidade do estudante.

Segundo Silva, no livro *Documentos de Identidade*, “O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é documento de identidade”. (SILVA, 2005, p. 150). Se o currículo é questão de saber, poder e de identidade, nossa identidade foi construída em decorrência dos diversos currículos que acessamos na vida.

Os grupos minoritários e/ou marginalizados que não dispõem de estruturas importantes de poder costumam ser silenciados, quando não estereotipados e deformados, para anular suas possibilidades de reação. E entre os vários grupos silenciados, temos as etnias minoritárias ou sem poder. Devemos estar atentos e conscientes de que ideologias raciais são utilizadas para a manutenção de situações de privilégios de um grupo social sobre o outro. Os discursos e práticas raciais são o resultado da história econômica, social, política e cultural da sociedade, utilizados para reforçar os privilégios econômicos e sociais

dos grupos sociais dominantes.

Nas instituições de ensino e até mesmo nas propostas curriculares, não considera essa forma de opressão como objeto de atenção relevante. É comum os professores nas escolas não se perceberem como pessoas que favorecem a reprodução e produção de comportamentos racistas, no entanto quando se faz análises mais aprofundadas como pesquisas citadas acima, veem-se numerosas formas através das quais o racismo aflora no sistema educacional de forma consciente ou oculta.

Assim, por exemplo, podem-se detectar manifestações de racismo nos livros didáticos de Ciências Sociais, História, Geografia, Literatura, etc., especialmente através dos silêncios que são produzidos em relação aos direitos e características de comunidades, etnias e povos minoritários e sem poder. (SANTOMÉ, 2001, p.169)

Resgatar e compreender esse processo de formação da identidade e comparar com a imagem que está sendo construída pós Lei 10.369/03 nos livros didáticos, faz-se necessário para promover um debate que supere o preconceito em relação às minorias, a violência, o racismo, o dogmatismo educacional, entre outros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não fomos preparados para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas colocam no dia a dia de nossa vida. Falta-nos preparo para discutir a diversidade e conscientizar nossos alunos da importância e riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional,

essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial, compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã. (MUNANGA, 2005, p. 15)

Conhecer e compreender todo o processo da escravidão e seus malefícios, através da educação, da produção de artigos, ensaios, etc., pode contribuir para desconstruir mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos e mostrar o racismo como um dos mais graves problemas de nossa sociedade e por outro lado mobilizar a sociedade para combatê-lo.

5 REFERÊNCIAS

CARBONI,F; MAESTRI,M. **A Linguagem escravizada**: língua, histórica, poder e luta de classes. Expressão Popular. 2003. São Paulo. 1 edição.

MAESTRI,M. **Da casa-grande ao sobrado**: Gênese e dissolução do patriarcalismo escravista no Brasil. Disponível em :[://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ihu/006cadernosihu.pdf](http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ihu/006cadernosihu.pdf). Acessado em:01 de mar. De 2017.

MUNANGA, K. (org). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: MEC. 2005.

RUIZ, M. Teresa. **Racismo algo más que discriminación**. São José, Costa Rica. Colección Análisis. 1988.

SANT' ANA, Antônio Olímpio de. **História conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados**. In: MUNANGA, K. (Org). Superando o racismo na escola. Brasília: Mec, 2005. p.56.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **As culturas negadas e silenciadas no currículo**. In: SILVA, Tomás Tadeu da (Org). Alienígenas na sala de aula. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo.Autêntica. Belo Horizonte. 2 ed. 2005.